

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) este ano, estima que o número de pessoas desempregadas no mundo inteiro chegue a mais de 201 milhões, com um aumento adicional de 3,4 milhões de pessoas desempregadas apenas em 2017. Mesmo com os avanços nos ganhos de produtividade que deveriam ser distribuídos de forma igualitária, as concentrações de renda e de riqueza estão cada vez maiores e as novas tecnologias possibilitam ainda maiores supressões de postos de trabalho.
2. Cada vez mais as grandes corporações multinacionais avançam sobre a autonomia dos Estados Nacionais, precarizando as condições de vida e retirando direitos, com a justificativa de criar um “ambiente mais favorável para os negócios” - eufemismo para menos proteção trabalhista, baixos salários e descaso com o meio-ambiente.
3. Cada vez mais, a crise econômica, os conflitos armados nacionais e as ameaças de guerras são os grandes responsáveis pela maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. A Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estima que o número de pessoas deslocadas - forçadas a deixar suas casas em razão da guerra - no primeiro semestre do ano passado foi, dentro de seus próprios países, de 1,7 milhão de pessoas, enquanto cerca de 1,5 milhão cruzaram alguma fronteira internacional em busca de refúgio.
4. Na América Latina, nas últimas duas décadas, a ascensão de uma série de governos de esquerda promoveu importantes reformas sociais, reduzindo a pobreza e a miséria, entretanto as forças conservadoras atuam de forma articulada para gerar instabilidades e crises em nosso continente, com o claro objetivo de restabelecer a agenda neoliberal.
5. Após Honduras, Paraguai, Brasil e Argentina, a Venezuela, que vive grave crise econômica, social e política, volta a ser o alvo e passa a ocupar as capas nos jornais e TVs com um noticiário parcial que imputa a crise apenas ao Executivo quando, na verdade, há uma crise institucional que envolve todos os setores e todos os poderes de Estado. No dia 30 de julho, mais de 8 milhões de pessoas foram às urnas, para eleger a Assembleia Nacional Constituinte convocada pelo governo da Venezuela.
6. A participação popular referendou esse relevante processo constituinte, fundamental para que a Nação vizinha supere a grave crise econômica, política e social no país irmão. A Constituinte é o caminho para a retomada do desenvolvimento, da prosperidade e da paz. Interferências externas, como as sanções contra a Venezuela anunciadas pelo governo dos EUA, e a ação do governo golpista do Brasil, que têm tentado repetidas vezes ingerir-se na política venezuelana, só contribuem para dificultar o diálogo e a busca de solução entre o povo e o governo daquele país. É urgente defesa da democracia e da autodeterminação de nossos irmãos venezuelanos, ao seu direito de viver em paz e a definir o próprio destino.

CONJUNTURA NACIONAL

7. O Brasil sofreu um golpe para destruir os direitos e atacar a soberania nacional. Temer, o congresso e o judiciário, avançam sobre todos os direitos e conquistas da classe trabalhadora mesmo com a enorme rejeição popular – 3% de aprovação - e denúncias de corrupção.
8. Depois de ter escapado da primeira denúncia na Câmara, salvo pelos deputados comprados por favores e emendas parlamentares, o governo Temer continua o ataque. Já não bastasse a ofensiva aos direitos dos trabalhadores com a contrarreforma trabalhista, agora aceleram e voltam a falar na “reforma” da previdência.
9. Os três poderes não tem credibilidade nenhuma junto ao povo. Foram essas instituições que serviram para aplicar o golpe desde o impeachment sem crime de responsabilidade de Dilma e

atacam os direitos e a soberania com medida antidemocráticas. Não será o Judiciário, nem o Congresso, muito menos esse governo que tem a legitimidade para decidir os rumos do país.

10. A superação das profunda crise das instituições, desmoralizadas e apodrecidas, só será possível com a eleição de um governo legitimado pelo voto popular, comprometido com a anulação das medidas antinacionais de Temer e de seu congresso servil. Nenhuma mudança profunda será possível com este Congresso, esse Judiciário e estas regras que só servem para perpetuar no poder as oligarquias e os grandes grupos econômicos, ambos obedientes aos interesses das multinacionais.
11. É urgente a revogação do teto dos gastos (EC95/16), da Reforma do Ensino Médio, a recuperação do pré-sal e da Petrobrás para o Brasil, a revogação da reforma trabalhista e a realização da reformas política, agrária, do Poder Judiciário e a regulamentação da mídia.

Os servidores também estão na mira de Temer

12. Apoiado na Emenda Constitucional 95/2016, que limitou por 20 anos os investimentos públicos, o governo Temer também ameaça rever os reajustes previstos em lei de algumas categorias alegando falta de previsão orçamentária.
13. A MP 792/2017 implementa o Programa de Demissão Voluntária (PDV), a redução da carga horária com redução salarial e o incentivo a licença sem remuneração do servidor por até seis anos. O intuito imediato do PDV e demais medidas contidas na MP é reduzir o quadro de servidores(as) para precarizar ainda mais as relações de trabalho com o aumento da terceirização, ampliada recentemente para a possibilidade de terceirizar a área fim e reforçada na contrarreforma trabalhista.
14. É contra tudo isso que os(as) servidores(as) federais devem retomar a sua mobilização neste segundo semestre, apoiados em suas organizações sindicais e em conjunto com os(as) demais trabalhadores(as) que lutam contra as “reformas” de Temer que destroem os direitos da classe trabalhadora.

A luta contra a Reforma Trabalhista e da Previdência

15. O desmanche da Previdência pode ir a voto em outubro e, na possibilidade do governo não conseguir os 308 votos necessários, podem publicar uma MP aumentando o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos, entre outros pontos.
16. Nesses cenário, é essencial a unidade das Centrais Sindicais e Frentes Populares para a preparação de uma Greve Geral contra o desmanche da Previdência e pela revogação da contrarreforma trabalhista (Lei 13.467) ligada à votação da reforma da previdência no congresso – SE BOTAR PARA VOTAR O BRASIL VAI PARAR.
17. O movimento sindical está confrontado a novas relações de trabalho em condições ainda mais brutais de exploração com os ataques de Temer a conquistas na CLT. Os golpistas sabem que para impor tais condições é preciso destruir a forma mais elementar de organização dos trabalhadores, ou seja, seus sindicatos. Não por acaso, ao lado das medidas desregulamentadoras das relações de trabalho, acompanham medidas que buscam inviabilizar a existência dos sindicatos.
18. A Lei 13.467 prevê que o negociado prevaleça sobre o legislado, o que significa que os direitos trabalhistas passam a não mais estarem garantidos na CLT. A jornada de trabalho poderá ser negociada “livremente” entre patrões e empregados. O trabalho intermitente que não existia agora será permitido através de contrato sem horário fixo. As trabalhadoras gestantes que eram afastadas de qualquer atividade insalubre, agora só serão com atestado médico, e as que estão amamentando poderão trabalhar em ambiente insalubre de qualquer gravidade. Faz parte também das medidas aprovadas pelos golpistas a terceirização sem limites de todas as atividades, inclusive no serviço público.
19. A lei aprovada da contrarreforma trabalhista entrará em vigor em 11 de novembro. Até lá o nosso combate deve ser pela revogação da lei - incluindo aí a defesa da sobrevivência da Justiça do Trabalho -

participando ativamente da Campanha de Abaixo-assinado pela revogação da Reforma Trabalhista de iniciativa da CUT, já adotada pela Frente Brasil Popular e pela Direção da Fenajufe com o objetivo de colher 1,3 milhões de assinaturas.

20. Não há saída para os(as) trabalhadores(as) senão apostar na mobilização e na independência de classe. A negociação que Paulinho da Força Sindical impulsiona com Temer e a FIESP só servem para legitimar o golpe e o ataque aos direitos.

Coletivo Democracia e Luta